

Bispo de Pemba

“Acreditamos num mundo melhor onde as pessoas possam exprimir as ideias sem medo”

Maputo **Canalmoz** O Bispo de Pemba, Dom Luiz Lisboa, um dos rostos principais das denúncias das violações dos Direitos Humanos e outras irregularidades no âmbito da guerra em Cabo Delgado, o que lhe valeu ameaças por parte de pessoas

ligadas ao regime, voltou a falar sobre o terrorismo e sobre os ataques na zona centro e seus efeitos na questão dos Direitos Humanos. Falando durante a Reunião Anual da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos, a partir de

Pemba, lembrou que o terrorismo em Cabo Delgado e os ataques armados em Manica e Sofala constituem uma afronta à dignidade humana e propiciam a violação dos Direitos Humanos de milhares de pessoas. O Bispo de Pemba saudou o estabelecimento

da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos e disse que a Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Moçambique – órgão da Igreja Católica – apoia a iniciativa.

“Quero felicitar a todos vós defensores dos Direitos Humanos, que, assim como nós, acreditamos num mundo melhor, onde as pessoas possam ser respeitadas na sua dignidade, onde elas possam exprimir as ideias sem medo. Estamos no caminho certo”, disse Dom Luiz Lisboa, citado num comunicado da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos, a cuja cópia o **Canalmoz** teve acesso.

Cabo Delgado está, desde Outubro de 2017, a ser fustigada por ataques terroristas que mataram cerca de 2.000 pessoas e provocaram mais de meio milhão de deslocados. O Bispo de Pemba tem falado aberta e corajosamente em nome da população po-

bre de Cabo Delgado. Num passado recente, disse que o Governo poderia fazer mais para proteger a população, o que não foi bem acolhido pelo Governo de Moçambique, e logo começaram a chover ameaças, principalmente por via das redes sociais, pelos “milicianos digitais” ou “mahindras digitais”. Na sequência das ameaças, o Papa Francisco telefonou ao Bispo, para confortá-lo. O Presidente da República, Filipe Nyusi, também visitou o Bispo.

Participantes da Reunião Anual da RMDDH dão mandato à Comissão Instaladora para continuar a trabalhar

A Comissão Instaladora da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos vai continuar a dirigir o estabelecimento da Organização, incluindo a criação de condições para a

eleição dos seus órgãos sociais.

A Comissão Instaladora é coordenada por Adriano Nuvunga, que actua como chefe da Comissão, e pelos vice-chefes Simão Tila, Alda Salomão e Benilde Nhalivilo. O Centro para Democracia e Desenvolvimento exerce a função de Secretariado da Comissão Instaladora.

A decisão de prorrogar o mandato da Comissão Instaladora da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos foi tomada ontem, quarta-feira, 9 de Dezembro, durante a reunião anual da Organização, que juntou dezenas de defensores dos Direitos Humanos de todo o país. Após constatarem que o estabelecimento da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos ainda precisa de ser consolidado, os participantes decidiram, por consenso, que não havia condições para a eleição dos órgãos

sociais, devendo a Comissão Instaladora continuar a dirigir a Rede.

A partir do próximo ano, a Comissão Instaladora da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos vai trabalhar em várias frentes com o objectivo principal de juntar todos os defensores dos Direitos Humanos numa só causa; promover uma acção colectiva para a defesa do espaço cívico; proteger os defensores dos Direitos Humanos e dar o devido apoio legal em caso de necessidade. Defensores dos Direitos Humanos são todas as pessoas que, individualmente ou em grupo, intervêm para promover e proteger os Direitos Humanos, que incluem os direitos civis e políticos, e para a promoção, protecção e realização dos direitos económicos, sociais e culturais.

“Hoje realizamos a primeira assembleia da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos após o seu estabelecimento em Outubro último, mês em que assina-

lamos a passagem do primeiro ano do assassinato bárbaro e macabro do defensor dos Direitos Humanos Anastácio Mavele. Foi uma longa caminhada e ainda há muito por fazer. Mas já inaugurámos um novo espaço de luta pela democracia e pelos Direitos Humanos; um novo espaço de luta colectiva pela defesa do espaço cívico, pela protecção dos defensores dos Direitos Humanos e das suas famílias e, por assim dizer, um espaço de luta pelo desenvolvimento político, democrático e socio-económico de Moçambique”, disse Adriano Nuvunga, chefe da Comissão Instaladora da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos.

A representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Gisela Madeira, destacou o facto de a reunião anual da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos se realizar no Dia Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos.

Segundo Gisela Madeira, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou ontem um estudo sobre o espaço cívico na África Austral, que mostra que, apesar da existência, na maioria dos países, de um quadro jurídico e institucional a favor dos Direitos Humanos, o ambiente político continua hostil ao trabalho dos defensores dos Direitos Humanos.

Por sua vez, o presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Luís Bitone, disse que a tarefa dos defensores dos Direitos Humanos não é fácil no contexto moçambicano e apelou à coragem e persistência. “Os defensores dos Direitos Humanos são símbolo da liberdade e segurança. Damos o nosso apoio incondicional à Rede como contributo para que o nosso Estado alcance níveis elevados de desenvolvimento humano”, afirmou Luís Bitone.

A Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos foi criada em 6 de Outubro deste ano. **(Redacção)**